



Governo do Distrito Federal
Defensoria Pública do Distrito Federal
Unidade de Orçamento
Diretoria de Contratos e Convênios

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

MINUTA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº ____/2026 (DPDF), QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL - DPDF E A
EMPRESA _____**

PROCESSO Nº 00401-00004046/2026-31

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF**, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, no Trecho nº 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF, CEP: 71.200-219, inscrita no CNPJ sob o nº 12.219.624/0001-83, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, Exmo. Sr. **REINALDO ROSSANO ALVES**, portador da Matrícula Funcional nº 183.769-9, nomeado pelo Decreto de 2 de abril de 2026, publicado no DODF, Edição Extra nº 28-A, de 2 de abril de 2026, na qualidade de Defensor Público-Geral, consoante competência originária prevista na Lei Complementar Nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e ainda na Lei Complementar Nº 828, de 26 de julho de 2010, em sua nova redação dada pela Lei Complementar Nº 908 de 7 de janeiro de 2016, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____ doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de apoio operacional à realização de eventos institucionais**, sob demanda, compreendendo a disponibilização de profissionais qualificados para a execução das atividades necessárias à organização, operacionalização e suporte aos eventos promovidos pela Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, no âmbito do Distrito Federal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Auxiliar de limpeza	Diária (8 horas)	20		
2	Brigadista de incêndio	Diária (12 horas)	10		
3	Eletricista	Diária (8 horas)	5		

4	Garçom	Diária (8 horas)	30		
5	Intérprete de Libras	Diária (6 horas)	15		
6	Recepcionista	Diária (8 horas)	30		
7	Mestre de cerimônias	Diária (8 horas)	10		
8	Segurança diurno	Diária (12 horas)	10		
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência (documento SEI _____);
- 1.3.2. O Edital de Licitação (documento SEI _____);
- 1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (documento SEI _____);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, admitida a prorrogação sucessiva, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos de vigência, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 105, caput, c/c art. 107, caput, da Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será realizado de forma indireta, sob regime de empreitada por preço unitário.

3.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.2.1. A prestação dos serviços dar-se-á, preferencialmente, de segunda-feira a sexta-feira, sem prejuízo de sua execução em finais de semana e feriados, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

3.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer meios de contato atualizados (telefone, celular, e-mail ou equivalentes).

3.2.3. O deslocamento dos profissionais para o atendimento dos serviços prestados será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.4. A CONTRATADA deverá indicar nome e contato do preposto e, quando solicitado, dos profissionais que atuarão em cada evento.

3.2.5. Os profissionais deverão apresentar-se ao responsável pelo evento no local estabelecido, conforme informado pela CONTRATANTE, devidamente uniformizados e identificados.

3.2.6. Os profissionais deverão se apresentar com antecedência mínima definida pela CONTRATANTE na Ordem de Serviço, a fim de verificar as condições e características do local, do público, dos palestrantes e das atividades a serem realizadas, quando for o caso.

3.2.7. Quando houver cancelamento do serviço, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA com, no mínimo, 3 (três) horas de antecedência do início do evento.

3.2.8. Caso o evento seja cancelado em prazo inferior a 3 (três) horas antes do seu início, a Administração poderá ressarcir as despesas comprovadamente incorridas pela CONTRATADA, desde que previamente justificadas e aceitas pela fiscalização do contrato.

3.3. DO SERVIÇO SOB DEMANDA

3.3.1. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com as necessidades da DPDF. Dessa forma, a contratação não implica obrigatoriedade de solicitação da totalidade dos quantitativos estimados, tratando-se de mera previsão.

3.3.2. Para cada evento, a CONTRATANTE emitirá Ordem de Serviço – OS contendo, no mínimo, as informações necessárias à adequada execução dos serviços, tais como data, local, horário, duração estimada, quantitativo de profissionais por função e orientações específicas de execução.

3.4. DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.4.1. Os serviços serão realizados nas dependências da DPDF ou em locais indicados pela CONTRATANTE, restringindo-se ao âmbito do Distrito Federal.

3.5. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

3.5.1. Durante a execução do contrato não serão consideradas válidas comunicações meramente verbais.

3.5.2. As comunicações que envolvam a execução contratual deverão ser realizadas por meios formais que assegurem a comprovação de envio e recebimento, tais como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ofício, e-mail institucional, aplicativos de mensagens (como WhatsApp) ou outros meios equivalentes.

3.5.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo ou justificativa para eventual atraso deverá ser apresentada por escrito, antes do vencimento do prazo estabelecido, devidamente fundamentada e, sempre que possível, previamente ao seu término.

3.6. Demais informações dos modelos de gestão e de execução constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será vedada a subcontratação, tendo em vista a natureza integrada do objeto, a necessidade de centralização da responsabilidade contratual e a ampla disponibilidade de fornecedores aptos à execução integral da solução.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ _____** (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que o documento de cobrança contenha todos os dados necessários, tais como nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, dados bancários do fornecedor e descrição dos serviços prestados.

6.2. Os pagamentos serão realizados conforme os serviços efetivamente executados.

6.3. Para fins de pagamento, será verificada a regularidade da CONTRATADA perante a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, a Receita Federal do Brasil, a Caixa Econômica Federal quanto ao FGTS e a Justiça do Trabalho.

6.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O pagamento somente será autorizado após os seguintes procedimentos:

6.5.1. recebimento provisório e definitivo do objeto;

6.5.2. relatório de execução contratual;

6.5.3. atesto da nota fiscal.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

6.7. Caso se constate o descumprimento de obrigações contratuais ou a não manutenção das condições exigidas para pagamento, poderá ser concedido prazo para regularização, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

6.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, glosas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

6.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, dos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.10. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, conforme IMR, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

6.12. Decorridos 30 dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação pro rata tempore do IPCA, nos termos do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

6.13. O pagamento será efetuado de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira previstas no Decreto Distrital nº 32.598/2010 e alterações posteriores.

6.14. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00, terão os pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, nos termos do Decreto Distrital nº 32.767/2011.

6.15. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. O valor do contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, nos termos da legislação vigente.

7.3. O índice a ser aplicado na data do reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

7.4. A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, vedada a aplicação de índices acumulados por período superior a 12 (doze) meses.

7.5. A formalização de aditamento contratual sem a concessão do reajuste, ou sem a ressalva de sua análise futura, será considerada como renúncia ou preclusão lógica desse direito.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Relacionar-se com a CONTRATADA por meio de seus representantes formalmente designados.
- 8.2. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.
- 8.3. Receber o objeto e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.4. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, assim como para atestar a execução do objeto.
- 8.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, exercendo a fiscalização da execução do objeto.
- 8.6. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- 8.7. Permitir, observadas as normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante da CONTRATANTE.
- 8.8. Aplicar as sanções previstas no Termo de Referência, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.
- 8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 1 mês.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.
- 9.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3. Acatar as determinações e recomendações da fiscalização do contrato e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços.
- 9.4. Zelar pelo sigilo e pela segurança das informações a que tiver acesso, em decorrência da execução contratual.
- 9.5. Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, sem autorização.
- 9.6. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que eventualmente lhe sejam aplicadas.
- 9.7. Comunicar formalmente à CONTRATANTE quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.
- 9.8. Atender, tempestivamente, às solicitações do fiscal do contrato.
- 9.9. Fornecer à CONTRATANTE todas as informações que esta considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.
- 9.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus representantes, inclusive por omissão destes, à CONTRATANTE ou a terceiros, nas dependências da

CONTRATANTE ou nos locais de realização dos eventos.

- 9.11. Indicar formalmente preposto para atuação durante a vigência do contrato.
- 9.12. Não alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 9.13. Assumir inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução do objeto contratado, fornecendo toda a mão de obra, equipamentos, materiais, uniformes e transportes necessários às suas expensas sem alterações dos valores contratados.
- 9.14. Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações aceitas pela boa técnica.
- 9.15. Adotar medidas para a prestação dos serviços solicitados, observando todas as condições e especificações aprovadas pela CONTRATANTE.
- 9.16. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.
- 9.17. Não permitir a utilização de trabalho do menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, nem trabalho do menor de dezoito anos em atividade noturna, perigosa ou insalubre.
- 9.18. Cumprir impreterivelmente todos os prazos e condições exigidas, observando datas, horários e locais de realização de cada evento.
- 9.19. Enviar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização do evento, documento contendo as informações dos profissionais que serão disponibilizados para a execução dos serviços, incluindo, no mínimo, nome completo, número do documento de identificação e telefone para contato, ressalvadas as hipóteses de demandas urgentes devidamente justificadas pela contratante.
- 9.20. Repor imediatamente os profissionais designados, no caso de ausência, dispensa ou inadequação.
- 9.21. Substituir imediatamente o(s) profissional(is) disponibilizado(s) para o evento que não atenda(m) ao disposto no Termo de Referência, sem direito a ressarcimento e sem ônus para a CONTRATANTE.
- 9.22. Observar rigorosamente a legislação e as normas regulamentares emanadas pelos órgãos competentes, providenciando todas as autorizações e documentos eventualmente necessários à execução do serviço.
- 9.23. Emitir, juntamente com a fatura, relatório detalhado das atividades efetuadas em cada evento.
- 9.24. Responsabilizar-se, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio-transporte, uniforme completo e outras despesas que venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 9.25. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não havendo vínculo empregatício entre os profissionais disponibilizados e a CONTRATANTE.
- 9.26. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, desde que relacionadas à prestação dos serviços contratados.
- 9.27. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência

da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

10.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

10.4. Em atendimento ao disposto na LGPD, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do Cadastro da Pessoa Física (CPF), endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

10.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

10.6. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será a Unidade Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados (UGLGPD), por intermédio do endereço de correio eletrônico: <uglgpd@defensoria.df.gov.br>.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato, ou seja, R\$ ____ (____), podendo optar por uma das modalidades previstas nos termos dos arts. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Quando o adjudicatário optar pela oferta de seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 30 dias, contados da data de homologação da licitação e previamente à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

12.2. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, dentre as quais:

12.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.2.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.2.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes

sanções:

12.3.1. advertência: quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.2. multa: sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

12.3.2.1. 0,5% - por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor das parcelas executadas em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso;

12.3.2.2. 1% - por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, sobre o valor das parcelas executadas em atraso, em caráter excepcional e a critério da Administração, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação CONTRATADA;

12.3.2.3. 5% - sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento de prazos de execução dos serviços, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

12.3.2.4. 15% - em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na execução dos serviços, recusa da conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

12.3.2.5. até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de cláusulas contratuais relevantes, excetuadas aquelas já sancionadas com penalidade específica.

12.3.3. impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nos itens acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: quando praticadas as condutas descritas nos itens acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. Na aplicação da sanção multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

12.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.10. Todas as sanções previstas no Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente

com a multa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021:

13.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto quando o descumprimento decorrer de conduta da própria Administração;

13.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

13.1.3. Determinada por decisão arbitral ou judicial, nos termos da legislação aplicável.

13.2. Nos casos de extinção contratual, caberá à Administração a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos e a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 139, da Lei 14.133/2021.

13.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de extinção contratual por inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Defensoria Pública do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Unidade Orçamentária:

II - Programa de Trabalho:

III - Natureza da Despesa:

IV - Fonte de Recursos:

14.2. O empenho inicial é de R\$ _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em __/__/____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 44.330, de 2023, e demais normais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.2. Havendo necessidade da CONTRATANTE, a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o art. 125 da Lei 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. A eficácia do contrato fica condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de

Contratações Públicas - PNCP e à publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, que deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura e de seus aditamentos, conforme Art. 94, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

19.2. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto nº 38.365/2017, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que, conforme o caso:

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pela **CONTRATANTE**:

REINALDO ROSSANO ALVES
Defensor Público-Geral

Pela **CONTRATADA**:



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE SANTOS FARIAS - Matr.0242837-7, Diretor(a) de Contratos e Convênios**, em 05/05/2026, às 17:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=202030183) **202030183** código CRC= **EE5ADB05**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SIA Trecho 17 Rua 7 Lote 45 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF
Telefone(s): 61-2196-4308
Sítio - www.defensoria.df.gov.br

00401-00004046/2026-31

Doc. SEI/GDF 202030183